Notas explicativas às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Sondotécnica Engenharia de Solos S.A ("Companhia"), é uma sociedade anônima de capital aberto domiciliada no Município do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, Brasil, na Rua Voluntários da Pátria nº 45, constituída em Assembleia Geral realizada em 05 de outubro de 1956. A Companhia possui capital aberto desde 1980 e tem seus títulos negociados na bolsa de valores de São Paulo - BM&F BOVESPA (SOND3).

A Companhia e suas controladas têm por objetivo social a prestação de serviços de consultoria técnica e econômica, a elaboração de projetos de engenharia em geral, assessoria, fiscalização e supervisão da execução de projetos, gerenciamento de obras e demais serviços relacionados a essas atividades.

2. Base de preparação e principais políticas contábeis

As demonstrações financeiras consolidadas e individuais da Companhia ("demonstrações financeiras") foram elaboradas considerando todas as informações relevantes da Companhia, que correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão, e preparadas de acordo com os padrões internacionais de relatórios financeiros (International Financial Reporting Standards - "IFRS"), implementados no Brasil pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC").

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto pela avaliação a valor justo de certos instrumentos financeiros, quando requerida pela norma.

A autorização para emissão destas demonstrações financeiras consolidadas e individuais ocorreu em 27 de março de 2020.

As políticas contábeis estão descritas na Nota 25.

3. Gerenciamento de riscos

A Companhia e suas controladas participam de operações envolvendo instrumentos financeiros, os quais estão registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender suas necessidades operacionais, bem como reduzir a exposição a riscos financeiros.

A contratação e o controle de operações financeiras são efetuados através de critérios gerenciais periodicamente revisados, que consideram requisitos de solidez financeira, confiabilidade e perfil de mercado da entidade com a qual são realizadas. As taxas utilizadas são compatíveis com as do mercado.

Adicionalmente, a Administração procede a uma avaliação tempestiva da posição consolidada da Companhia, acompanhando os resultados financeiros obtidos, avaliando as projeções futuras, como forma de garantir o cumprimento do plano de negócios definido e o monitoramento dos riscos aos quais está exposta.

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: (i) Risco de crédito; (ii) Risco de liquidez; (iii) Risco de mercado; (iv) Risco de moeda; e (v) Risco de taxa de juros.

Notas explicativas às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3.1 Estrutura do gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar os riscos enfrentados pela Companhia, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderências aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia.

3.2 Fatores de risco

3.2(a) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado são afetados por dois tipos de risco: risco de taxa de juros e risco de variação cambial. Os instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem aplicações financeiras, contas a receber de clientes, contas a pagar e instrumentos ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Risco de exposição às variações cambiais

A Companhia mantém operações em moeda estrangeira referentes a aplicações financeiras, conforme divulgado em notas explicativas, que estão sujeitas a exposição de riscos de mercado decorrentes de mudanças nas cotações das respectivas moedas estrangeiras. Qualquer flutuação da taxa de câmbio (dólar) pode aumentar ou reduzir os referidos saldos. A Companhia não realizou contratos derivativos para proteger a exposição cambial.

3.2(b) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente, ou contraparte em um instrumento financeiro, falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia de clientes.

A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber) e de aplicação de recursos, incluindo depósitos em bancos e aplicações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2019, o valor máximo exposto pela Companhia ao risco de crédito corresponde ao valor contábil das contas a receber de clientes, demonstrado na nota explicativa 6. Quanto ao risco de aplicação de recursos, o valor exposto pela Companhia corresponde substancialmente às aplicações financeiras, conforme apresentado em notas explicativas.

O risco de crédito nas atividades operacionais da Companhia é administrado por normas específicas de aceitação de clientes, análise de crédito e estabelecimento de limites de exposição por cliente, os quais são revisados periodicamente. O monitoramento de duplicatas vencidas é realizado prontamente para garantir seu recebimento.

3.2(c) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de a Companhia encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista, ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração

Notas explicativas às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos, administrando seu capital através de um planejamento rigoroso, monitorando seus recursos financeiros disponíveis, para o tempestivo cumprimento de suas obrigações. seus recursos financeiros disponíveis, para o tempestivo cumprimento de suas obrigações.

.3 Análise de sensibilidade

A seguir apresentamos quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros com riscos de moeda estrangeira e variação do preço de ações nos instrumentos de renda variável mantidos pela Companhia.

			Co	ontroladora		(Consolidado
			Variaçõ	es no saldo		Variaçõ	ies no saldo
	Fator de risco	Valores expostos em 31 de dezembro de 2018	50%	25%	Valores expostos em 31 de dezembro de 2018	50%	25%
Fator de risco câmbio							
Caixa e equivalentes de caixa	US dollar	259	130	65	427	214	107
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	US dollar	1.043	522	261	1.129	565	282
Ativos por meio de outros resultados abrangentes	US dollar	17.507	8.754	4.377	30.605	15.303	7.651
		18.809	9.405	4.702	32.161	16.081	8.040
Fator de risco variação do preço de ações							
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	Variação do preço de ações	12.389	6.195	3.097	15.993	7.997	3.998
Ativos por meio de outros resultados abrangentes	Variação do preço de ações	17.507	8.754	4.377	30.605	15.303	7.651
Impacto total		29.896	14.948	7.474	46.598	23.299	11.650
				Controladora			Consolidado
			Variaç	ões no saldo		Variaç	ões no saldo
	Fator de risco	Valores expostos em 31 de dezembro de 2019	50%	25%	Valores expostos em 31 de dezembro de 2019	50%	25%
Fator de risco câmbio							
Caixa e equivalentes de caixa	US dollar	346	173	87	441	221	110
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	US dollar	996	498	249	1.135	568	284
Ativos por meio de outros resultados abrangentes	US dollar	7.682	3.841	1.921	22.334	11.167	5.584
		9.024	4.512	2.256	23.910	11.955	5.978
Fator de risco variação do preço de ações							
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	Variação do preço de ações	13.394	6.697	3.349	17.194	8.597	4.299
Ativos por meio de outros resultados abrangentes	Variação do preço de ações	7.682	3.841	1.921	22.334	11.167	5.584

3.4 Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (impairment) no caso de contas a receber, estejam próximos de seus valores justos.

Notas explicativas às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Os demais instrumentos financeiros, sendo os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, representado por títulos para negociação (Nota 5) e os ativos financeiros avaliados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (Nota 9) são categorizados no Nível 1, em que os preços são cotados em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço.

4. Caixa e equivalentes de caixa

		Controladora		Consolidado
	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Caixa e equivalentes de caixa Recursos em caixa e depósitos bancários				
No país	3.405	4.208	3.407	4.208
No exterior	346	259	441	428
Caixa e equivalentes de caixa	3.751	4.467	3.848	4.636

5. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

	Controladora			Consolidado
	31 de	31 de	31 de	31 de
	dezembro	dezembro	dezembro	dezembro
	de 2019	de 2018	de 2019	de 2018
Títulos negociados no mercado - mantidos para negociação				
Ações - Estados Unidos	996	1.043	1.135	1.129
Quotas em fundos de investimento - Brasil	12.398	11.346	16.059	14.864
Menos parcela não circulante	13.394	12.389	17.194	15.993
	(996)	(1.043)	(1.135)	(1.129)
Parcela Circulante	12.398	11.346	16.059	14.864

Notas explicativas às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

6. Contas a receber de clientes

		Controladora		Consolidado
	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Contas a receber de clientes				
No país	17.245	16.632	17.245	16.632
Menos: provisão para impairment de contas				
a receber de clientes	(6.832)	(6.558)	(6.832)	(6.558)
Contas a receber de clientes, líquidas	10.413	10.074	10.413	10.074
Circulante	4.797	4.253	4.797	4.253
Não circulante	5.616	5.821	5.616	5.821
	10.413	10.074	10.413	10.074

Os vencimentos dessas contas a receber são como seguem:

		Controladora		Consolidado
	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
A vencer	3.191	3.316	3.191	3.316
Vencidos até 90 dias	1.036	965	1.036	965
Vencidos entre 91 e 180 dias	300		300	
Vencidos acima de 180 dias	12.718	12.351	12.718	12.351
Provisão para impairment de contas a receber	17.245 (6.832)	16.632 (6.558)	17.245 (6.832)	16.632 (6.558)
	10.413	10.074	10.413	10.074

Em 31 de dezembro de 2019, no consolidado, parte do contas a receber de clientes no valor de R\$ 5.886 (2018 - R\$ 5.793) encontrase vencido há mais de 180 dias, mas não "impaired". Essas contas referem-se a uma série de clientes independentes para os quais a Administração considera que há perspectiva de recebimento, principalmente considerando que são entidades de natureza pública, integrantes da Administração Pública. Para estas entidades, o montante da perda por "impairment" é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa de juros, considerando a expectativa de recebimento da Administração.

Em 31 de dezembro de 2019, contas a receber de clientes no total de R\$ 6.832 (em 31 de dezembro de 2018 - R\$ 6.558) estavam "impaired" e provisionadas, considerando a metodologia de perdas esperadas. Os valores em atraso estão sendo cobrados pela Administração da Companhia, segundo a qual uma parcela deve ser recuperada durante os próximos anos.

Notas explicativas às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Saldo inicial em 1o de janeiro	(6.558)	(12.041)	(6.558)	(12.041)
Reversão (constituição) de provisão para impairment de contas a receber Contas a receber de clientes baixadas durante o exercício	(274)	5.100	(274)	5.100
como incobráveis		383		383
Saldo final em 31 de dezembro	(6.832)	(6.558)	(6.832)	(6.558)

7. Outras contas a receber

O quadro abaixo demonstra os valores que a Companhia tem a receber oriundos dos serviços já prestados, mas ainda não faturados:

		Controladora		Consolidado
	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Serviços a faturar				
No país	13.357	13.595	13.357	13.595
Menos: provisão para impairment de contas	(4.582)	(3.224)	(4.582)	(3.224)
Outras contas a receber, líquidas	8.775	10.371	8.775	10.371
Circulante	4.927	4.719	4.927	4.719
Não circulante	3.848	5.652	3.848	5.652
	8.775	10.371	8.775	10.371

A movimentação da provisão para perdas esperadas com "outras contas a receber" está abaixo descrita:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Saldo inicial em 1o de janeiro Reversão (constituição) de provisão para impairment de contas a receber	(3.224) (1.358)	(4.612) 1.388	(3.224) (1.358)	(4.612) 1.388
Saldo final em 31 de dezembro	(4.582)	(3.224)	(4.582)	(3.224)

Na tabela a seguir, a composição dos serviços a faturar em relação a data de medição dos serviços concluídos, que equivale a data de cumprimento da obrigação de performance:

Notas explicativas às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

		Controladora	Consolida		
	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018	
Serviço não faturado:					
Em até 90 dias após a medição	4.927	4.719	4.927	4.719	
Entre 91 e 180 dias após a medição					
Acima de 180 dias após a medição	8.430	8.876	8.430	8.876	
	13.357	13.595	13.357	13.595	
Provisão para impairment	(4.582)	(3.224)	(4.582)	(3.224)	
	8.775	10.371	8.775	10.371	

Em 31 de dezembro de 2019, no consolidado, parte deste contas a receber de clientes por serviços já prestados, a faturar, no valor de R\$ 3.848 (2018 - R\$ 5.652) encontra-se não faturado há mais de 180 dias, mas não impaired. Essas contas referem-se a uma série de clientes independentes para os quais a Administração considera que há perspectiva de recebimento, principalmente considerando que são entidades de natureza pública, integrantes da Administração Pública. Para estas entidades, o montante da perda por "impairment" é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa de juros, considerando a expectativa de recebimento da Administração.

8. Tributos a recuperar

		Controladora		Consolidado
	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
IRPJ e CSLL	3.221	2.033	3.221	2.033
PIS e COFINS	1.204	941	1.204	941
IRRF	182	1.117	182	1.117
Outros	14	707	417	1.093
	4.621	4.798	5.024	5.184

Notas explicativas às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

9. Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Os ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes incluem títulos de renda fixa de empresas brasileiras e estrangeiras, e notas do tesouro americano.

São mantidos nos bancos Safra e Citibank, em Nova York, sendo cotados em dólares americanos, com alta liquidez e risco mínimo de impairment .

		Consolidado		Consolidado
	2019	2018	2019	2018
Títulos de dívida com juros fixos variando de 4% a 8,5% e datas de vencimento				
entre dezembro de 2019 e janeiro de 2030	7.682	17.507	22.334	30.605
	7.682	17.507	22.334	30.605
	7.002	17.507	22.334	30.003
Menos parcela não circulante	(6.237)	(15.224)	(14.839)	(24.449)
Parcela circulante	1.445	2.283	7.495	6.156

10. Investimentos

10.1 Composição do saldo

		Controladora
	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Investimento em controladas		
Sondotécnica Tecnologia S.A.	3.656	3.509
Sondotécnica International Co.	15.199	13.653
	18.855	17.162

Notas explicativas às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

10.2 Movimentação dos investimentos

	Sondotécnica Tecnologia	Sondotécnica International	Total
Saldo em 1o de janeiro de 2018	4.119	11.628	15.747
Participação nos lucros de controladas e coligadas	215	447	662
Variações cambiais		1.977	1.977
Dividendos recebidos e/ou a receber	(825)		(825)
Participação nos outros resultados abrangentes de controladas		(399)	(399)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	3.509	13.653	17.162

	Sondotécnica Tecnologia	Sondotécnica International	Total
Saldo em 1o de janeiro de 2019	3.509	13.653	17.162
Participação nos lucros de controladas e coligadas	147	479	626
Variações cambiais		595	595
Participação nos outros resultados abrangentes de controladas		472	472
Saldo em 31 de dezembro de 2019	3.656	15.199	18.855

Notas explicativas às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

10.3 Resumo das informações financeiras

	Sondotécnica Tecnologia	Sondotécnica International
Em 31 de dezembro de 2019		
Percentual de participação da Companhia na controlada	99,31%	100,00%
Total de ativos	3.684	15.267
Total de passivos	3	67
Patrimônio líquido	3.533	14.698
Lucro líquido (prejuízo)	148	502
Em 31 de dezembro de 2018		
Percentual de participação da Companhia na controlada	99,31%	100,00%
Total de ativos	3.538	13.718
Total de passivos	5	65
Patrimônio líquido	3.317	13.205
Lucro líquido (prejuízo)	216	448

Direito de Uso de Ativos e Passivos de Arrendamentos

a) Adoção inicial

11.

A Companhia adotou em 1º de janeiro de 2019, data da transição, as diretrizes do IFRS 16/CPC06 (R2) – "Operações de Arrendamento Mercantil", a nova norma determinou que os arrendatários reconhecessem, a partir da data da transição, o direito de uso do ativo arrendado e o passivo dos pagamentos futuros para todos os contratos de arrendamento mercantil ou operações com as mesmas características de um arrendamento, na qual a tenha o direito de controlar e obter os benefícios sobre o uso de determinado ativo identificado (específico), a menos que sejam enquadrados por algum tipo de isenção.

Abordagem de transição

A Administração avaliou os impactos da nova norma e optou pela abordagem retrospectiva simplificada. Essa abordagem não impacta em lucros acumulados (patrimônio líquido) na data da adoção inicial, sendo os efeitos apresentados a partir de 01 de janeiro de 2019.

Na transição, os passivos de arrendamento serão mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes, descontados à taxa incremental. Os ativos de direito de uso serão mensurados pelo valor igual ao passivo de arrendamento, ajustado pelo valor de quaisquer pagamentos de arrendamento antecipados ou acumulados referentes a esse arrendamento que tiver sido reconhecido no balanço patrimonial imediatamente antes da data da aplicação inicial.

Isenções adotadas pela Companhia

A Companhia aplicou os seguintes expedientes práticos e isenções:

Notas explicativas às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

- (i) Definição de contrato de arrendamento na transição: a Companhia aplicou o CPC 06 (R2) / IFRS 16 a todos os contratos celebrados vigentes de 1º de janeiro de 2019 que foram identificados como arrendamentos de acordo com o CPC 06 (R2)/ IFRS 16.
- (ii) Contratos cujo o prazo remanescente na data da adoção era igual ou inferior a 12 meses: a Companhia continuou reconhecendo os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como despesa em base linear ao longo do prazo do arrendamento.
- (iii) Contratos para os quais os ativos subjacentes eram de baixo valor: a Companhia continuou reconhecendo os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como despesa em base linear ao longo do prazo do arrendamento.
- (iv) Aplicação uma taxa de desconto única à carteira de arrendamentos com características razoavelmente similares (tais como os arrendamentos com prazo de arrendamento remanescente similar para uma classe similar de ativo subjacente).

Impactos no balanço patrimonial na adoção inicial

O principal impacto da adoção da nova norma está relacionado às operações de arrendamento aluguéis de imóveis.

O quadro abaixo apresenta os efeitos no balanço patrimonial da adoção da nova norma em 01 de janeiro de 2019 e 31 de dezembro de 2019:

	Ef	eito do IFRS 16 no	Balanço Patrimonial em				
Ativ	/ 0		Passivo				
01/01/2019 31/12/2019			01/01/2019		9 31/12/2019		31/12/2019
Circulante			Circulante	1.320	1.634		
			Arrendamento Mercantil	1.320	1.634		
Não Circulante	3.495	2.776	Não Circulante	2.175	1.213		
Direito de Uso de Arrendamento	3.495	2.776	Arrendamento Mercantil	2.175	1.213		
			Patrimônio Líquido Resultados Acumulados		(71)		
Total	3.495	2.776	Total	3.495	2.776		

b) Política contábil e premissas para o reconhecimento

O direito de uso dos ativos e o passivo dos arrendamentos são reconhecidos pelo valor futuro das contraprestações assumidas no contrato, trazidos ao valor presente líquido. O direito de uso dos ativos é amortizado em bases lineares pelo prazo vigente do contrato no resultado do exercício na linha competente a sua natureza ("Custo dos Serviços Prestados" / "Despesas Administrativas"), assim como as despesas de juros, correspondentes a amortização do ajuste ao valor presente líquido dos contratos, são alocadas no "Resultado financeiro".

A depreciação do ativo de direito de uso é calculada pelo método linear de acordo com o prazo remanescente de cada contrato.

A Companhia reconhece seu Ativo de direito de uso e Passivo de arrendamentos considerando as seguintes premissas:

- (i) Operações com contratos firmados por mais de 12 meses entram no escopo da norma. A Companhia não considera aspectos de renovação em sua metodologia, haja visto que a Administração não está razoavelmente certa de exercer opção de renovação dos arrendamentos.
- (ii) Contratos que envolvam o uso de ativos subjacentes de baixo valor.

Notas explicativas às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

- (iii) Considera-se somente operações que envolvam ativos específicos definidos no contrato ou de uso exclusivo ao longo do período do contrato.
- (iv) Inclusão dos impostos recuperáveis na definição das contraprestações assumidas dos contratos em que seja aplicável.
- (v) A metodologia utilizada na apuração do valor presente líquido dos contratos corresponde ao fluxo de caixa das contraprestações assumidas descontadas pela taxa de desconto definida para a classe do ativo.
- (vi) A taxa de desconto para o período de Janeiro a Dezembro de 2019 utilizada para as operações de arrendamento da companhia foi de 7,35% ao ano..

As operações de arrendamento da Companhia em vigência em 31 de dezembro de 2019 não possuem cláusulas de restrições que imponham a manutenção de índices financeiros, assim como não apresentam cláusulas de pagamentos variáveis que devam ser consideradas, ou cláusulas de garantia de valor residual e opções de compra ao final dos contratos.

c) Composição e movimentação sumária dos ativos de direito de uso e passivos de arrendamentos

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possui 13 contratos de arrendamentos (8 em 01 de janeiro de 2019), sendo 12 contratos de aluguéis de imóveis e 1 contrato de leasing de hardware, reconhecidos em seu balanço patrimonial.

Direito de Uso de Arrendamentos	01/01/2019	Amortização	Adições/Baixas	31/12/2019		
Aluguel de Imóveis	3.495	(1.366)	493	2.622		
Leasing de Hardware		(11)	165	154		
Total no Ativo	3.495	(1.377)	658	2.776		
Arrendamento Mercantil	01/01/2019	Juros	Pagamentos	Adições/Baixas	Transf CP/LP	31/12/2019
Passivo Circulante	1.320	231	(1.406)	455	1.035	1.635
Passivo Não Circulante	2.175			73	(1.035)	1.213
Total no Passivo	3.495	231	(1.406)	528		2.848

Notas explicativas às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

d) Cronograma de pagamento dos arrendamentos

	Consolidado	Consolidado
	31/12/2019	31/12/2019
	Aluguel de Imóveis	Leasing de Hardware
2019	138	30
2020	1.519	89
2021	1.351	59
2022	27_	
	3.035	178

12. Impostos e contribuições a pagar

		Controladora		Consolidado
	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
PIS / COFINS	2.455	2.443	2.455	2.443
ISS	949	1.140	949	1.140
IRPJ/CSLL	1.856	2	1.859	7
Outros	591	496	592	496
	5.851	4.081	5.855	4.086

13. Parcelamento do INSS

Em novembro de 2017 a Companhia efetuou a desistência do parcelamento PAEX- Excepcional cuja adesão correu em setembro de 2016, para adoção do Programa Especial de Regularização Tributária - PERT, sendo os principais termos os seguintes:

- Pagamento em 145 parcelas
- Vencimento em 2030
- Atualização pelo Selic

Notas explicativas às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

4. Imposto de renda e contribuição social diferidos

-	Controladora		Consolid	
_	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Passivo diferido				
Parcelas não recebidas em contratos de				
longo prazo e Variação Cambial (i)	(326)	(497)	(326)	(497)
Provisão para perdas sobre créditos de clientes do setor privado				
contingências trabalhistas e Lucros a Realizar sobre Precatórios	859		859	
Ganhos de valor justo de ativos financeiros por meio de outros resultados abrangentes e variação cambial de investimento				
no exterior	(3.089)	(2.529)	(3.089)	(2.529)
<u>.</u>	(2.556)	(3.026)	(2.556)	(3.026)

⁽i) Os valores registrados no passivo foram calculados sobre exclusões temporárias relativas ao diferimento de resultados e parcelas não recebidas de contratos a longo prazo, conforme DL 1.598/77 e IN-SRF 21/79.

15. Provisões para contingências

A administração da Companhia, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, entende que o saldo de R\$ 2.755, na controladora e consolidado (em 31 de dezembro de 2018 - R\$ 3.392) é suficiente para cobrir as perdas prováveis com as ações judiciais e administrativas em andamento.

16. Transações com partes relacionadas

Remuneração dos administradores

Anualmente, em Assembleia Geral Ordinária, é fixado o montante global mensal da remuneração dos Administradores, que é definido em reunião do Conselho de Administração.

	Consolidado	
	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Proventos	1.454	1.099
Contribuição ao INSS	291	220
TOTAL	1.745	1.319
a) Benefícios pós-emprego	Não possui	Não possui
b) Outros benefícios de longo prazo	Não possui	Não possui
c) Benefícios de rescisão de contrato	Não possui	Não possui
d) Remuneração baseada em ações	Não possui	Não possui

Notas explicativas às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

L7. Patrimônio líquido

17.1 Capital social

O capital social subscrito e integralizado está representado por 856.000 ações ordinárias, 784.600 ações preferenciais classe "A" e 817.300 preferenciais classe "B", todas sem valor nominal. As ações do capital social foram convertidas em abril de 2007 pelo fator de conversão de 1/5.000. As ações preferenciais não asseguram direito de voto e são inconversíveis em ações ordinárias.

17.2 Ajuste de avaliação patrimonial

Refere-se à variação cambial do investimento mantido na subsidiária no exterior, Sondotécnica International Co., assim como ao valor justo dos ativos financeiros avaliados por meio de outros resultados abrangentes mantidos pela Companhia, conforme Nota 9.

17.3 Reservas de Lucros

a) Lucro a disposição da assembleia:

Por decisão da AGO de 29 de abril de 2019, a Companhia optou por deliberar dividendos referentes ao lucro do exercício de 2018 no montante de R\$ 13.321. Com isso, o total de dividendos pagos em 2019 foi de R\$ 14.976

Para o exercício findo de 2019, R\$ 219 foram destinados à provisão para reserva legal, e R\$ 1.042 para a provisão dos dividendos mínimos obrigatórios, de acordo com o Estatuto da Companhia. O saldo remanescente à disposição da assembleia é de R\$ 3.126.

b) Reserva para Investimentos

Por decisão da AGO de 29 de abril de 2019, foi constituída provisão da reserva para investimentos no montante de R\$ 1.000 para investimentos na migração tecnológica da área operacional.

17.4 Ações em tesouraria:

Não houve movimentação de ações em tesouraria, no período. A Companhia mantém em tesouraria 26.700 ações ao custo médio de R\$ 39,24 (trinta e nove reais e vinte e quatro centavos) por ação no montante total de R\$ 1.048.

Notas explicativas às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

18. Receita operacional líquida

A reconciliação da receita operacional líquida está assim demonstrada:

		Controladora		Consolidado
	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Vendas brutas de produtos e serviços Prestação de serviços	72.045	57.608	72.045	57.608
Impostos sobre vendas Devoluções e Abatimentos	(8.161) (282)	(7.724) (1.021)	(8.161) (282)	(7.724) (1.021)
Receita líquida	63.602	48.863	63.602	48.863

19. Custos e despesas por natureza

	Controladora			Consolidado	
	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018	
Despesa de benefícios a empregados	28.484	25.103	28.484	25.103	
Serviços de terceiros	22.599	16.627	22.601	16.631	
Depreciação e amortização	1.628	414	1.628	414	
Depesa com Veículos	1.456	2.152	1.456	2.152	
Depesa Tributária	1.216	1.079	1.216	1.079	
Outras despesas/receitas	4.674	1.818	5.500	2.470	
	60.057	47.193	60.885	47.849	
Custo das vendas	43.269	33.242	43.269	33.242	
Despesas administrativas	14.471	17.332	14.490	17.370	
Outras despesas/receitas	2.317	(3.381)	3.126	(2.763)	
	60.057	47.193	60.885	47.849	

Notas explicativas às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

20. Resultado financeiro

		Consolidado		
	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Receita financeira				
Rendimentos de aplicações financeiras	527	552	1.467	1.296
Rendimento de juros	760	1.370	760	1.370
Variações monetárias e cambiais ativas	4.071	8.496	4.071	8.496
Total da receita financeira	5.358	10.418	6.298	11.161
Despesa financeira				
Variações monetárias e cambiais passivas	(3.809)	(5.091)	(3.832)	(5.091)
Despesas com juros	(102)	(81)	(102)	(81)
Despesas com juros de arrendamento (CPC 06)	(231)		(231)	
Despesas bancárias	(156)	(175)	(195)	(203)
Total da despesa financeira	(4.298)	(5.347)	(4.360)	(5.375)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	1.060	5.071	1.938	5.786

Despesa de imposto de renda e contribuição social

O imposto sobre o lucro da Companhia e do Grupo, antes do imposto, difere do valor teórico que seria obtido com o uso da alíquota de imposto média ponderada, aplicável aos lucros das entidades consolidadas, como segue:

	Controladora			Consolidado	
	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018	
Lucro/Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	4.605	6.741	4.655	6.800	
Imposto calculado com base em alíquota legal Resultados de controladas por equivalência patrimonial	1.566 (213)	2.292 (225)	1.583	2.312	
Receitas/Despesas não dedutíveis para fins de impostos Compensação de prejuízo fiscal para o qual nenhum crédito fiscal	(21)	114	(21)	114	
diferido havia sido reconhecido Efeito de diferenças temporárias para os quais nenhum	(868)	(924)	(868)	(924)	
imposto diferido foi anteriormente reconhecido	(246)	(1.487)	(427)	(1.674)	
Encargo fiscal	218	(230)	267	(172)	
Despesa com IR e CS corrente	2.110	2	2.159	60	
Despesa (receita) com IR e CS diferido	(1.892)	(232)	(1.892)	(232)	
	218	(230)	267	(172)	

22. Lucro por ação básico e diluído

21.

Notas explicativas às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Os resultados por ação (básico e diluído) foram calculados com base nos resultados dos períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia, conforme detalhado abaixo.

		Controladora	Consolidado		
	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018	
Resultado Líquido Quantidade média ponderada de ações	4.387	6.971	4.387	6.971	
Líquida de ações em tesouraria	2.431	2.431	2.431	2.431	
Lucro/Prejuízo por ações	1,80461	2,86754	1,80461	2,86754	

23. Seguros

A política adotada pela Companhia é a de manter cobertura de seguros para os bens do imobilizado em montante que considera satisfatório face aos riscos envolvidos. Montantes contratados e vigentes em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018:

Ativo Segurado	Modalidades	Moeda	Valor Segurado	_
Imobilizado	Incêndio	R\$	3.755	
Imobilizado	Veículos	R\$	945	

As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria e, consequentemente, não foram examinadas pelos Auditores Independentes da Companhia.

24. Eventos subsequentes - Coronavírus

Em 31 janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o Coronavírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global, o que desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado com aumento do grau de incerteza para os agentes econômicos e risco de impactos relevantes nos valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Em 10 de março de 2020, a Comissão de Valores Mobiliários emitiu Ofício Circular nº 02/2020 ("OFÍCIOCIRCULAR/CVM/SNC/SEP/nº02/2020"), sobre eventuais efeitos que o Coronavírus trará para os negócios das empresas e seus respectivos reflexos nas demonstrações financeiras, no qual destaca a importância de as Companhias Abertas e seus Auditores Independentes considerarem cuidadosamente os impactos do COVID-19 em seus negócios e os riscos e incertezas aos quais as companhias estão expostas, em especial como eventos subsequentes para as companhias que encerram o exercício em 31 de dezembro de 2019.

Neste sentido, a Companhia esclarece que, com base nas atuais informações e dados a respeito do Coronavírus e o impacto em suas operações, não há como atestar neste momento que efeitos relevantes podem impactar suas Demonstrações Financeiras, a continuidade dos negócios e/ou às estimativas contábeis.

Não obstante, a Companhia segue monitorando de forma diligente toda e qualquer informação a respeito do tema, e avaliará a necessidade de divulgação de fato relevante e/ou alteração das projeções e estimativas relacionados aos riscos reportados no seu

Notas explicativas às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

formulário de referência, de forma a deixar seus acionistas e o mercado informados acerca de mudanças de avaliação que tragam efeitos relevantes.

25. Demais políticas contábeis

As demonstrações financeiras incluem a utilização de estimativas que levaram em consideração avaliações e julgamentos da Administração, experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros, e outros fatores objetivos e subjetivos. Os itens significativos sujeitos a essas estimativas são:

- análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa; e
- mensuração do valor justo de instrumentos financeiros.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de estimativa. Essas estimativas são revisadas periodicamente.

As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia na elaboração das demonstrações financeiras estão descritas abaixo. As políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo indicação contrária.

As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia na elaboração das demonstrações financeiras são:

25.1 Ativos financeiros

25.1(a) Classificação

A partir de 10 de janeiro de 2019, o Grupo classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração:

- Mensurados ao valor justo (seja por meio de outros resultados abrangentes ou por meio do resultado).
- Mensurados ao custo amortizado.

A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa.

Os ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes incluem:

Títulos patrimoniais que não são mantidos para negociação no reconhecimento inicial e que a Companhia decidiu, de forma irrevogável, reconhecer nessa categoria. Esses investimentos são estratégicos e a Companhia considera essa classificação como sendo mais relevante.

Títulos de dívida, nos quais os fluxos de caixa contratuais consistem basicamente em principal e em juros e o objetivo do modelo de negócios da Companhia é atingido por meio da arrecadação de fluxos de caixa contratuais e da venda de ativos financeiros.

A Companhia classifica os seguintes ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:

- Investimentos em títulos de dívida que não se qualificam para mensuração ao custo amortizado
- Investimentos patrimoniais mantidos para negociação; e investimentos patrimoniais para os quais a Companhia não optou por reconhecer ganhos e perdas por meio de outros resultados abrangentes.

Para ativos financeiros mensurados ao valor justo, os ganhos e perdas serão registrados no resultado ou em outros resultados abrangentes. Para investimentos em instrumentos de dívida, isso dependerá do modelo do negócio no qual o investimento é

Notas explicativas às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

mantido. Para investimentos em instrumentos patrimoniais que não são mantidos para negociação, isso dependerá de a Companhia ter feito ou não a opção irrevogável, no reconhecimento inicial, por contabilizar o investimento patrimonial ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

A Companhia reclassifica os investimentos em títulos de dívida somente quando o modelo de negócios para gestão de tais ativos é alterado.

25.1(b) Reconhecimento e desreconhecimento

Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

25.1(c) Mensuração

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas no resultado.

Os ativos financeiros com derivativos embutidos são considerados, em sua totalidade, ao determinar se os seus fluxos de caixa consistem apenas em pagamento do principal e de juros.

Instrumentos de dívida

A mensuração subsequente de títulos de dívida depende do modelo de negócio da Companhia para gestão do ativo, além das características do fluxo de caixa do ativo. A Companhia classifica seus títulos de dívida de acordo com as três categorias de mensuração a seguir:

Custo amortizado - os ativos, que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais

quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao custo amortizado. As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Quaisquer ganhos ou perdas devido à baixa do ativo são reconhecidos diretamente no resultado e apresentados em outros ganhos/(perdas) juntamente com os ganhos e perdas cambiais. As perdas por impairment são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado.

Valor justo por meio de outros resultados abrangentes - os ativos que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais e para venda dos ativos financeiros quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Mudanças no valor contábil são registradas em outros resultados abrangentes, exceto pelo reconhecimento dos ganhos ou perdas por impairment, receita com juros e ganhos e perdas cambiais, os quais são reconhecidos na demonstração do resultado. Quando o ativo financeiro é baixado, os ganhos ou perdas cumulativos que haviam sido reconhecidos em outros resultados abrangentes são reclassificados do patrimônio líquido para o resultado e reconhecidos em outros ganhos/(perdas). As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Os ganhos e as perdas cambiais são apresentados em outros ganhos/(perdas) e as despesas de impairment são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado.

Valor justo por meio do resultado - os ativos que não atendem os critérios de classificação de custo amortizado ou de valor justo por meio de outros resultados abrangentes são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Eventuais ganhos ou perdas em um investimento em título de dívida que seja subsequentemente mensurado ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos no resultado e apresentados líquidos em outros ganhos/(perdas), no período em que ocorrerem.

Notas explicativas às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Instrumentos patrimoniais

A Companhia subsequentemente mensura, ao valor justo, todos os investimentos patrimoniais. Quando a administração da Companhia escolher apresentar, ao valor justo, os ganhos e perdas com investimentos patrimoniais em outros resultados abrangentes, não haverá reclassificação subsequente dos ganhos e perdas ao valor justo para o resultado após a baixa do investimento. Os dividendos desses investimentos continuam a ser reconhecidos, no resultado, como outras receitas quando o direito da Companhia receber pagamentos é estabelecido.

As variações no valor justo dos ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidas em outros ganhos/(perdas) na demonstração do resultado quando aplicável. As perdas por impairment (e a reversão dessas perdas) em investimentos patrimoniais mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes não têm uma divulgação separada das outras mudanças no valor justo.

25.1(d) Impairment

A partir de 10 de janeiro de 2019, a Companhia passou a avaliar, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A metodologia de impairment aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito.

Para as contas a receber de clientes, a Companhia aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo IFRS 9/CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis.

25.2 Caixa e equivalente de caixa

Inclui caixa e depósitos bancários à vista, realizáveis em até 90 (noventa) dias da data de aplicação, ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa, e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor; estão registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

25.3 Outras contas a receber - Serviços a faturar

Representam os direitos a receber de etapas de serviços concluídos e não faturados. Apresentados pelo valor de realização nas datas dos balanços, registrados com base nos valores nominais e não são ajustados a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo e por não resultarem em efeito relevante nas demonstrações financeiras. A Provisão para Créditos de liquidação Duvidosa (PCLD) é constituída, se necessária, com base em estimativas de Perda.

25.4 Investimentos

Os investimentos relevantes em controladas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial, conforme percentuais abaixo:

	Participação - %	
	31/12/2019	31/12/2018
Empresas	<u> </u>	
Sondotécnica Internacional Co.	100	100
Sondotécnica Tecnologia Ltda.	99.31	99.31

25.5 Imobilizado

Notas explicativas às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Registra os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Companhia, ou exercidos com essa finalidade.

A depreciação é calculada pelo método linear e a Companhia entende que as taxas atualmente utilizadas refletem adequadamente a vida útil-econômica desses ativos.

A Companhia utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo, tendo como base a expectativa de geração de benefícios econômicos futuros. A avaliação da vida útil estimada dos ativos é revisada anualmente e ajustada, se necessário, podendo variar com base na atualização tecnológica.

25.6 Intangível

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável em cinco anos.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia.

25.7 Redução ao valor recuperável de ativos

O ativo imobilizado, intangível, outros ativos não circulantes e os ativos circulantes relevantes são revisados anualmente com o objetivo de verificar a existência de indício de perdas não recuperáveis. A administração efetuou análise de seus ativos conforme CPC 01, aprovado pela Deliberação CVM 527/2007, e constatou que não há indicadores de desvalorização dos mesmos, bem como que estes são realizáveis em prazos satisfatórios.

25.8 Fornecedores

Os fornecedores são reconhecidos pelo valor nominal e, subsequentemente, acrescido, quando aplicável, das variações monetárias e correspondentes encargos incorridos até as datas dos balanços.

25.9 Imposto de Renda e Contribuição Social - correntes e diferidos

O Imposto de Renda e a Contribuição Social correntes são apurados dentro dos critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente:

Impostos correntes

Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os encargos de Imposto de Renda e Contribuição Social correntes são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente são calculados com base no lucro real nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para Imposto de Renda e 9% sobre o lucro tributável para Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido.

Impostos diferidos

Notas explicativas às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos ativos são registrados com base em saldo de prejuízo fiscal, base de cálculo negativa da Contribuição Social e diferenças temporárias entre os livros fiscais e os contábeis, quando aplicáveis, considerando as alíquotas de 25% para o Imposto de Renda e de 9% para a Contribuição Social.

25.10 Provisões

Reconhecidas para obrigações presentes (legais ou construtivas) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

As provisões para ações judiciais são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança.

São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Companhia. O fundamento e a natureza das provisões para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais estão descritos na Nota Explicativa nº 15.

Notas explicativas às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

25.11 Reconhecimento de receita

As receitas de serviços são reconhecidas no resultado no momento em que satisfaz a obrigação de desempenho estabelecida nos contratos com seus clientes, com base na medição das etapas de execução de seus serviços. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

25.12 Receitas e despesas financeiras

Substancialmente representadas por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais, empréstimos e financiamentos e efeitos dos ajustes a valor presente.

25.13 Dividendos propostos

Quando aplicável, a proposta de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio efetuada pela Administração da Companhia que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório, é registrada como passivo na rubrica "Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar", por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Companhia, entretanto, nos casos aplicáveis, a parcela dos dividendos e juros sobre capital próprio superior ao dividendo mínimo obrigatório, declarada pela Administração após o período contábil a que se referem às demonstrações financeiras, mas antes da data de autorização para emissão das referidas demonstrações financeiras, é registrada na rubrica "Dividendos e juros sobre o capital próprio", no patrimônio líquido, sendo seus efeitos divulgados na Nota Explicativa nº 17.3.

25.14 Demonstração do fluxo de caixa - DFC

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº 547, de 13 de agosto de 2008, que aprovou o Pronunciamento Contábil CPC 03 (IAS 07) "Demonstração dos fluxos de caixa", emitido pelo CPC.

25.15 Demonstração do valor adicionado - DVA

A DVA foi preparada a partir das informações contábeis que servem de base à preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte, apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre esta, as outras receitas e efeitos da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incidentes no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA, apresenta a distribuição dessa riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

25.16 Mudanças em políticas contábeis

Abaixo estão apresentadas as novas normas e alterações de normas que entraram em vigor em 1º de janeiro de 2019:

IFRIC 23 – Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro (ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro)

Notas explicativas às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A nova interpretação estabelece requisitos de reconhecimento e mensuração em situações onde a Companhia tenha definido durante o processo de apuração dos impostos sobre o lucro (imposto de renda e contribuição social) a utilização de tratamentos fiscais incertos, que podem vir a ser questionados pela autoridade fiscal.

Em situações onde determinados tratamentos sejam incertos, a Companhia deve definir a probabilidade de aceitação das autoridades fiscais em relação e apresenta-los em separado, apurando eventual contingência se concluído que a autoridade fiscal não aceitará tal tratamento.

A Administração da Companhia passou a considerar os aspectos do IFRIC 23 (ICPC 22) e revisou os julgamentos efetuados na apuração do imposto de renda e contribuição social, concluindo não haver tratamentos incertos utilizados em suas Informações Trimestrais, uma vez que todos os procedimentos adotados para o recolhimento de tributos sobre o lucro estão amparados na legislação aplicável e precedentes judiciais.

IFRS 16 - Leases (Operações de Arrendamento Mercantil)

De acordo com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O IFRS 16 entra em vigor para exercícios iniciados em ou após 10 de janeiro de 2019 e substitui o IAS 17/CPC 06 - "Operações de Arrendamento Mercantil" e correspondentes interpretações.

O impacto no grupo foi o registro de um compromisso de R\$ 3.495 com arrendamento mercantil operacional.

O quadro abaixo apresenta os efeitos no balanço patrimonial da adoção da nova norma em 01 de janeiro de 2019 e 31 de dezembro de 2019:

	Ef	eito do IFRS 16 no	Balanço Patrimonial em		
Ativ	/ 0			Passivo	
	01/01/2019	31/12/2019		01/01/2019	31/12/2019
Circulante			Circulante	1.320	1.634
			Arrendamento Mercantil	1.320	1.634
Não Circulante	3,495	2.776	Não Circulante	2.175	1.213
Direito de Uso de Arrendamento	3.495	2.776	Arrendamento Mercantil	2.175	1.213
			Patrimônio Líquido Resultados Acumulados		(71) (71)
Total	3.495	2.776	Total	3.495	2.776

25.17 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão complementadas abaixo.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Notas explicativas às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base no julgamento da Companhia sobre sua capacidade de cobrar todos os valores devidos considerando os prazos originais das contas a receber.

Provisão para contingências

A administração da Companhia, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, estabelece o valor da provisão para contingências, a qual reflete os montantes das prováveis saídas de recursos para liquidação das obrigações de natureza trabalhista e cíveis.

25.18 Demonstrações consolidadas

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) nas quais a Companhia detém o controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

As demonstrações contábeis da controlada com operação no exterior são convertidas para Reais (R\$) de acordo com as diretrizes do Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) — Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão das Demonstrações Contábeis.

Não há diferença entre o patrimônio líquido e resultado consolidado, constantes nas informações consolidadas, preparadas de acordo com as IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas informações individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Deste modo, a Companhia optou por apresentar estas informações individuais e consolidadas em um único conjunto.

As informações das investidas estão relacionadas na tabela a seguir, cujos exercícios sociais são coincidentes em relação ao da controladora:

	Participação - %	
	31/12/2019	31/12/2018
Empresas		
Sondotécnica Internacional Co.	100	100
Sondotécnica Tecnologia Ltda.	99.31	99.31

25.19 Empreendimentos controlados em conjunto

Acordos em conjunto são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem controle compartilhado com uma ou mais partes. Os investimentos em acordos em conjunto são classificados como operações em conjunto (*joint operations*) ou empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*) dependendo dos direitos e das obrigações contratuais de cada investidor.

Notas explicativas às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

As operações em conjunto são contabilizadas nas demonstrações financeiras para representar os direitos e as obrigações contratuais da Companhia. Dessa forma, os ativos, passivos, receitas e despesas relacionados aos seus interesses em operação em conjunto são contabilizados individualmente nas demonstrações financeiras.

Negócio em Conjunto	Percentual
Consórcio SGP	50,75%
Consórcio PSG	33%
Consórcio Sondotécnica-Quanta-Engevix	45%
Consórcio Sondotécnica-Cobrape-CH2M	42%
Consórcio BR 101	20%
Consórcio Grupo Consultor 5	25%
Consórcio PCE – Sondotécnica (PCE)	50%
Consórcio PCESondotécnica (VLT)	50%
Consórcio Integração MT-Planservi/Sondotécnica	50%
Consórcio GSPV Linha 9	35%
Consórcio GSPV Linha 13	35%
Consórcio Supereng Barragens	28%
Consórcio Gerenciador Lapa-Lip	50%
Consórcio Supervisor Proinfra	48%
Consórcio HSPE - 10	30,8%

25.20 Normas novas que ainda não estão em vigor

A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras do Grupo.

* * *

Notas explicativas às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

		Conselho de administr	ração	
Fabio Bergman Presidente CPF 082.820.237-01	Cons	el Bergman elheiro 055.268.477-56	Sheila B Conselh CPF 349	
Presidente CPF 082.820.237	-01	Homero Valle de Menezes (Diretor CPF 241.098.357-04	 Cortes	Luiz Antonio M. Santanna Diretor CPF 335.452.437-53
José Antonio Mazzoco Diretor CPF 694.078.608-25				
Rosicléia Kidine Coelho Contadora CRC-RJ-083304/C CPF 954.567.087-87	D-0			